

Clipping da Infância e Juventude do TJPE – 21/09/2018

- [Tribunal e parceiros formalizam convênios nas áreas de adoção e Justiça Restaurativa](#)
- [Projeto adapta ECA ao novo Código Civil e reduz idade mínima obrigatória para assistência em juízo](#)
- [Paulo Câmara assina documento para atender às necessidades da primeira infância em PE](#)
- [Candidatos aderem à Campanha Criança é Prioridade](#)

Assunto: Tribunal e parceiros formalizam convênios nas áreas de adoção e Justiça Restaurativa

Fonte: Tribunal de Justiça de PE

Data: 21/09/2018



O evento foi realizado no Gabinete da Presidência, na quinta-feira (20/9)

O presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), desembargador Adalberto de Oliveira Melo, presidiu a solenidade de assinatura de dois termos de cooperação entre a Coordenadoria de Infância e Juventude (CIJ/TJPE), a Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj) e demais parceiros. Magistrados, servidores, autoridades e integrantes do Judiciário, do Executivo e do Legislativo prestigiaram a cerimônia que contou com apresentação do Quarteto de Cordas da Orquestra Criança Cidadã.

Além do presidente do TJPE, a Mesa de Honra foi formada pelo presidente do Tribunal Regional Eleitoral (TRE-PE) e coordenador da Infância e Juventude, desembargador Luiz Carlos Figueirêdo; pelo secretário estadual de Educação, representando o governador Paulo Câmara, Frederico Amâncio; e pela presidente da Fundaj, Ivete Lacerda. O evento foi realizado no Gabinete da Presidência, na quinta-feira (20/9).



Magistrados, servidores, autoridades e integrantes do Judiciário, do Executivo e do Legislativo prestigiaram a cerimônia

processo que resultou na sua inserção na família atual. “Com o carisma e a competência da Fundaj e a excelência da base de dados do ‘Sei Quem Sou’, com o devido sigilo legal, poderemos obter respostas, através de pesquisas científicas, sobre mudança de perfil racial dos adotados, por exemplo, ou mesmo, as causas mais comuns de destituição do poder familiar”, defendeu o desembargador Luiz Carlos Figueiredo.

Com duração de dois anos, o convênio também prevê a realização de palestras e outros eventos sobre o tema da cultura da paz e da resolução de conflitos para magistrados e servidores. Também serão realizados cursos para formação de facilitadores da Justiça Restaurativa, técnica de solução de conflitos que se baseia na escuta das vítimas, como também dos ofensores.

Mais participantes – O segundo convênio, assinado também em parceria com a Fundaj, trata-se do 1º aditivo ao Termo de Cooperação Técnica 05/2017 que aglutina, agora, dez órgãos públicos estaduais e municipais, de Governo, Justiça e da sociedade civil, para desenvolver estratégias articuladas de atuação e prevenção de conflitos e redução de violência infanto-juvenil. “O objetivo é fomentar a cultura de paz dentro do ambiente escolar e nos programas de atendimento socioeducativo no Estado”, como explicou o presidente do TJPE, desembargador Adalberto de Oliveira Melo.



O presidente do TJPE, desembargador Adalberto de Oliveira, e o coordenador da Infância e Juventude, desembargador Luiz Carlos Figueiredo, durante a assinatura dos convênios

Como o coordenador Luiz Carlos Figueiredo, o presidente do TJPE citou como o exemplo da aplicação do segundo convênio o “Escola Legal”, coordenado pela 3ª Vara Regional da Infância e Juventude e pela CIJ. Para o secretário Frederico Amâncio, “o projeto Escola Legal já devia ser tema de livro que discorresse sobre a eficácia da Justiça Restaurativa na resolução de conflitos entre os estudantes”.

Já em sua fala, a presidente do Fundaj, Ivete Lacerda, declarou que a Fundaj está de prontidão “para colaborar com o TJPE e demais poderes para servir ao povo pernambucano através da pesquisa e da produção de conhecimento”. Representantes da Defensoria Pública, da Escola Judicial do TRE-PE, da Secretaria de Educação de Olinda e de instituições de ensino e sociais também assinaram o termo aditivo do segundo convênio.

A solenidade foi finalizada pelo desembargador Adalberto de Oliveira Melo que agradeceu a presença de todos, e parabenizou à Coordenadoria da Infância e Juventude do TJPE pelos trabalhos exemplares realizados e reconhecidos nacionalmente. “Não é à toa que, em 2018, dos sete projetos do Tribunal que concorrem ao Prêmio Innovare, cinco são da Infância e Juventude”, destacou o presidente do TJPE.

Assunto: Projeto adapta ECA ao novo Código Civil e reduz idade mínima obrigatória para assistência em juízo

Fonte: Agência Câmara

Data: 21/09/2018



Um projeto de lei em análise na Câmara dos Deputados reduz de 21 para 18 anos a idade prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA - Lei 8.069/90) para que o cidadão possa representar a si mesmo em juízo, sem a necessidade de ser assistido pelos pais ou responsáveis. A medida está prevista no Projeto de Lei 9991/18, do deputado Rubens Pereira Júnior (PCdoB-MA).

Atualmente, o ECA estabelece que os menores de 16 anos serão representados; e os maiores de 16 e menores de 21 anos, assistidos por seus pais, tutores ou curadores.

O objetivo da mudança é adaptar o ECA ao novo Código Civil (Lei 10.406/02), segundo o qual a capacidade plena para os atos da vida civil é alcançada aos 18 anos completos.

“O Estatuto da Criança e do Adolescente foi promulgado quando a seara civil estava sob a égide do Código Civil de 1916, que estabelecia que os maiores de 16 e menores de 21 anos eram relativamente incapazes, necessitando assim de assistência em juízo de seus responsáveis”, observa Rubens Pereira Júnior.

Tramitação

O projeto tramita em caráter conclusivo e será analisado pelas comissões de Seguridade Social e Família; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Assunto: Paulo Câmara assina documento para atender às necessidades da primeira infância em PE

Fonte: Portal G1 PE

Data: 21/09/2018



O governador de Pernambuco e candidato à reeleição pelo [PSB](#), [Paulo Câmara](#), participou de um encontro com representantes da organização social Rede Primeira Infância em uma clínica no bairro das Graças, na Zona Norte do [Recife](#), nesta quinta-feira (20). **(Veja vídeo acima)**

Integrantes da instituição leram uma carta com compromissos específicos sobre o atendimento às necessidades da primeira infância, desde a gestação até os seis anos de idade. Após a leitura, Paulo Câmara assinou o documento e se comprometeu a cumprir as reivindicações dos representantes da rede.



Paulo Câmara esteve, nesta quinta-feira (20), com representantes da Rede Primeira Infância, no bairro das Graças

"A primeira infância é fundamental na formação dos jovens. Entre as políticas públicas do governo de Pernambuco, busco aprimorar a relação entre a primeira infância e o futuro desses jovens. Por isso que nós temos um programa como o Mãe Coruja, que investe desde o início da gestação das mães até os primeiros anos do nascimento das crianças porque nós sabemos que isso é fundamental na formação dos jovens", afirmou o candidato.

mortalidade infantil de toda a sua história e nós vamos aprofundar e ampliar o programa Mãe Coruja em todo o estado de Pernambuco", disse.

Paulo Câmara também falou que ações pretende realizar nessa área, caso seja reeleito. "Pernambuco hoje tem a menor taxa de

Assunto: Candidatos aderem à Campanha Criança é Prioridade

Fonte: Rede Nacional Primeira Infância

Data: 21/09/2018



Com o objetivo de promover o engajamento dos candidatos e candidatas à Presidência da República e ao governo do Estado no compromisso de garantir a formulação e implementação de políticas de atendimento aos direitos da criança nos primeiros anos de vida, a Rede Nacional Primeira Infância (RNPI), em parceria com a Fundação Maria Cecília Souto Vidigal (FMCSV), lançou a campanha Criança é Prioridade.

Com a campanha Criança é Prioridade, cada candidato deve compreender que a criança é cidadã e sujeito de direitos desde o nascimento e que esses direitos, por mandato constitucional, devem ser garantidos com absoluta prioridade. Na Primeira Infância, período de 0 a 6 anos de idade, se constroem as estruturas física, afetiva, cognitiva, linguística e as competências sociais que sustentam todo o desenvolvimento humano e as aprendizagens ao longo da vida.

Os primeiros seis anos de vida são decisivos na formação da personalidade da criança. Nesse contexto, se forem eleitos, os candidatos ou candidatas devem assegurar a formulação e implementação de políticas de atendimento aos direitos da criança na Primeira Infância, integradas intersetorialmente, submetidas ao controle social, e que assegurem a participação infantil, nos termos que dispõem a Constituição Federal (artigo 227), o Estatuto da Criança e do Adolescente e o Marco Legal da Primeira Infância (Lei nº 13.257/2016).

Entre os candidatos à Presidência da República que já aderiram à campanha estão Álvaro Dias (PODEMOS), Ciro Gomes (PDT), Geraldo Alckmin (PSDB), Guilherme Boulos (PSOL) e Marina Silva (REDE).

Nos estados temos candidatos do Distrito Federal, Maranhão, Pernambuco, Piauí e Rondônia que se comprometeram com a Primeira Infância, ao assinar o Termo de Compromisso da campanha Criança é Prioridade. São eles:



Distrito Federal:

Alexandre Guerra (NOVO)

Rodrigo Rollemberg (PSB)

Maranhão:

Flávio Dino (PCdoB)

Pernambuco:

Danielle Portela (PSOL)

Paulo Câmara (PSB)

Piauí:

Elmano Férrer (PODEMOS)

Fábio Sérgio (PSL)

Lourdes Melo (PCO)

Luciane Santos (PSTU)

Luciano Nunes (PSDB)

Romualdo Sena (PSDC)

Sueli Rodrigues (PSOL)

Valter Alencar (PSC)

Wellington Dias (PT)

Rondônia:

Vinícius Miguel (REDE)

Vital Didonet, um dos coordenadores da RNPI, fala sobre a expectativa das organizações para o envolvimento real das candidaturas à Presidência e aos governos estaduais com a campanha. “Nós esperamos que esse discurso seja mais qualificado, que não seja um mero *slogan* de campanha, como costumam os candidatos terem uma criança no colo para chamar a atenção, para dizer que amam seus filhos, que vão cuidar da infância. Nós queremos um compromisso efetivo de quem entende que primeira infância é o começo da vida e o bom começo deve ser feito com políticas públicas universais. ”

A Rede Nacional Primeira Infância criou um *site* onde eleitores e eleitoras podem conhecer mais sobre a campanha Criança é Prioridade e cobrar das candidaturas à Presidência e aos governos estaduais que assinem as cartas compromisso.

Segundo o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), 14 candidatos estão disputando à Presidência da República e 199 aos governos do Estado e do Distrito Federal.

Contamos com a força das 220 organizações da Rede Nacional Primeira Infância no sentido de articular junto aos candidatos para que assinem o Termo de Compromisso com as crianças brasileiras até o dia 06 de outubro de 2018.